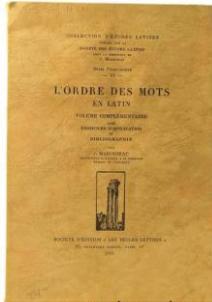


MAROUZEAU, JULES. L'ORDRE DES MOTS EN LATIN

José Mario Botelho (FFP-UERJ)

botelho_mario@hotmail.com



MAROUZEAU, Jules. *L'ordre des mots en latin*. Paris: Société d'édition: Les Belles Lettres, 1953. 160p.

<https://www.abebooks.com/book-search/kw/marouzeau-lordre-des-mots-en-latin/book/>

Nesse seu *L'ordre des mots en latin* (*A ordem das palavras em latim*), Jules Marouzeau tratou de um assunto muito polêmico – a colocação das palavras no latim –, já que até então se especulava que a ordem das palavras na estrutura latina era livre. Portanto, a língua latina era considerada uma língua de ordem livre, mas não se tinha uma teoria que pudesse servir de respaldo para essa concepção.

Logo no Prefácio (*Avant-Propos*), esse renomado autor francês informa que a referida obra é, em princípio, um complemento dos três Tomos anteriormente publicados sob o título de *L'ordre des mots dans la phrase latine* (*A ordem das palavras na estrutura frasal latina*): Tomo I (1922): *Les groupes nominaux* (*Os grupos nominais*); Tomo II (1938): *Le verbe* (*O verbo*); e Tomo III (1949): *Les articulations de l'énoncé* (*As articulações do enunciado* (ou da declaração)). Nessas três obras, que constituem um conjunto de investigações sobre questões controversas, Marouzeau apresenta um abundante aparelho de demonstrações e exemplos, mas que não são adaptados às necessidades do ensino, como esse complemento (que, ora estou resenhando), que se apresenta mais acessível e simplificado, apesar de conservar parte dos resultados adquiridos há uns trinta anos no campo de uma disciplina, que, como afirma o autor, ainda estava a se desenvolver.

Na Introdução, Marouzeau discorre sobre “Princípios e método” e inicia afirmando que “o latim é uma língua de construção livre” (p. ix), em comparação com o francês (ou o português). Para comprovar tal asserção,

apresenta as seis possibilidades para *Petrus appellat Paulum*. (*Pedro chama Paulo.*): (01a) *Petrus appellat Paulum*. (01b) *Petrus Paulum appellat*. (01c) *Paulum appellat Petrus*. (01d) *Paulum Petrus appellat*. (01e) *Appellat Petrus Paulum*. (01f) *Appellat Paulum Petrus*. Segundo o autor, o jogo de flexões basta para indicar qual é o sujeito e qual é a regência do verbo nas seis estruturas.

Contudo, afirma, de imediato, que “embora, se em latim a ordem das palavras é livre, ela não é indiferente” (p. ix) e que a escolha da construção se dá por razões diversas: de uso, de sentido, de estilo e de ritmo. Observa que é difícil de reduzir tais motivações em sistema, mas que é possível a observação de certas leis ou tendências. Observa, também, que métodos baseados em princípios supostamente universais, independentemente da língua que se estuda, “muitas vezes viciou a investigação da ordem das palavras e difundiu erros que se perpetuaram em muitas obras de ensino” (p. ix).

Passa à exposição de cinco tipos de explicações comumente apresentadas. Em todos aqueles pontos principais de explicações, há algo em comum: “são concebidos *a priori* e não resultam de uma construção sistemática dos fatos” (p. ix). Em virtude disso, informa o autor que o método desse seu estudo “consiste em interpretar os dados, partindo, em cada caso, de uma construção dita de base, em relação à qual as outras construções fazem figuração de variações significativas” (p. ix).

Na “PRIMEIRA PARTE: OS GRUPOS NOMINAIS” (p. 1-31), inicia, explicando que esse grupo de palavras, definido tanto pela sintaxe como pelo sentido, “é aquele que constitui a união de dois termos nominais em que um serve ao outro de determinante: *urbs magna, domus Caesaris, mea pars, ille dies, tres homines*” (p. 1).

Passa, então, a comentar sobre cada um dos componentes desses Grupos Nominais (GN), descrevendo-os e exemplificando-os: I. Adjetivo atributivo (epíteto): a) Qualificativo, b) Discriminativo, c) Valor ocasional, d) Realce por inversão e e) Realce por disjunção (separação); II. Particípio; III. Possessivo; IV. Demonstrativo; V. Pronomes diversos; VI. Numerais; e VII. Complemento Determinativo. Para cada um desses constituintes dos GNs, o autor apresenta comentários críticos bem elucidativos, porquanto é deveras exaustivo o número de trechos de obras poéticas e prosaicas dos clássicos latinos, que são apresentados.

Sobre o Adjetivo atributivo (epíteto), Marouzeau distingue os seus valores “Qualificativo” e “Discriminativo” e as posições que ocupam no

sintagma nominal, que caracteriza o GN. Os Adjetivos atributivos qualificativos enunciam normalmente uma impressão, uma apreciação subjetiva, ou seja, “exprimem elogio ou crítica, aprovação ou reprovação, consentimento ou insatisfação: *fortis animus, iusta causa, turpe uitium*” (p. 2). Mais abaixo, afirma que “disso resulta também que o qualificativo aparece muitas vezes como ligado por uma dependência natural ao seu substantivo, e constitui então com ele uma forma estereotipada: *summa ui, breui spatio, certa ratione*” (p. 2). Afirma, ainda, que “às vezes mesmo, junta-se a ele para criar um composto por justaposição: *magnopere (magno opere – ‘grandemente, bastante’)*, ou a isca de um composto: *aequanimitas* (‘benevolência’; ‘equanimidade’) é formado por *aequo animo* (‘de benévolo ânimo’; ‘de igual ânimo’)” (p. 2).

Sobre os Adjetivos atributivos discriminativos, Marouzeau assevera que o seu valor “discriminativo aparece com tanta evidência que a característica enunciada é mais específica e mais limitativa” (p. 3).

Sobre o valor ocasional desses adjetivos, o autor comenta que “a distinção não é sempre nítida entre os dois valores, qualificativo e discriminativo” (p. 4) e que “em latim, um adjetivo empregado de ordinário qualificativamente pode tomar, se for o caso, valor discriminativo” p. 4). Não raro, o autor realça, ele mesmo, a sua intenção ao pospor um adjetivo, que normalmente ocorre anteposto ao núcleo do GN, como exemplifica Marouzeau (p. 4): “Cíc., *Orat.* 8, 27: *Facile est enim uerbum aliquod ardens, ut ita dicam, notare.* (a precaução oratória *ut ita dicam* releva o que tem de incomum no emprego de *ardens* aplicado a *uerbum*)”. Segundo Marouzeau, “inversamente, um discriminativo pode assumir o valor de qualificativo” (p. 5).

Mais adiante (p. 6), assevera que, “de modo geral, todo adjetivo discriminativo enunciando uma característica suscetível de interpretação laudatória ou pejorativa pode funcionar como qualificativo; assim, *aureus* e *ferreus*, que empregados como adjetivos de matéria, são normalmente pospostos: Cés., *B. G.* III, 13: *transtra... confixa clauis ferries*”.

Observa, ainda, que há ocorrências de adjetivo, em estruturas todas semelhantes, comportar-se com ordens diferentes, como em Cícero, em duas cartas aproximadas pela data:

Cíc., *Ad Att.* I, 18, 5: *Metellus est consul egregius.*

Idibidem, I, 20, 5: *Metellus... est egregius consul.*

E explica que “é que aqui, a natureza do adjetivo é mal definida: *egregius* pode ser interpretado à vontade como um qualificativo de valor elogioso (Cf. item 5), ou como um discriminativo, que conduz a organizar a personagem numa categoria definida (Cf. itens 9-13)” (p. 7).

Em “Realce por inversão”, Marouzeau observa que “é, pois, adotando uma construção inversa à construção normal, que o adjetivo discriminativo manifesta sua mudança de qualidade” (p. 7). É que “ocupam, desta forma, a primeira posição os adjetivos que desempenham o papel elevado no enunciado: Cíc., *Pro domo* 13, 34: *Hoc est proprium liberae ciuitatis ut...*” (p. 7).

Observa, ainda, que “certos modos de realçar não encontram propriamente no contexto a sua explicação” (p. 9) e que “o papel desempenhado pelo substantivo, às vezes, merece ser levado em consideração. Quando a noção que ele exprime é de uma importância particular, por exemplo, se ele desempenha um papel de oponente, ele reivindica a primeira posição: Cíc., *De fin.* IV, 10: *Etsi ingeniiis magnis praediti quidam dicendi copiam... consequuntur, ars tamen est dux certior quam natura.* (oposição entre *ingenium* = “as qualidades nativas”, e *ars* = “os conhecimentos técnicos”)” (p. 9).

Em “Realce por disjunção (separação)”, comenta que “a disjunção parece nada mudar o valor do adjetivo posposto” (p. 10) e que, “em compensação, a disjunção tem por objetivo pôr vivamente em realce o adjetivo anteposto” (p. 10). Segundo o autor, “a disjunção aparece assim como um procedimento expressivo, próprio para realizar ou reforçar efeitos de estilo. Também se a encontra particularmente na prosa artística, oratória ou descritiva, e na poesia, sobretudo a partir do início do Império” (p. 11).

Sobre os participios, presente e passado, que foram originariamente adjetivos, Marouzeau observa que, “além disso a evolução do latim os levou a se relacionar cada vez mais estritamente ao verbo, cujas funções (voz e ação) eles juntaram, se bem que figuram, com propriedade, no paradigma de conjugação. Contudo, por sua formação própria (desinências de adjetivos latinos: “-ens” e “-tus”), eles permaneceram inseparáveis da categoria nominal” (p. 12). Segundo o autor, “sua posição, por se referir ao substantivo que determinam, é função do valor que deles confere, deles repete um tratamento eventual à categoria nominal ou a categoria verbal” (p. 12).

A seguir, assevera que “o possessivo é, sem dúvida, de todos os adjetivos, aquele cuja caracterização oferece o mínimo de dificuldade. Sendo a sua função essencialmente de enunciar a pertença de uma pessoa,

portanto, de estabelecer uma categoria, coloca-se bem naturalmente na classe dos adjetivos discriminativos, e sua posição normal é após seu substantivo” (p. 15).

Sobre os demonstrativos latinos *hic, iste, ille*, que servem para designar os seres ou objetos, o autor diz que “não têm, senão um valor indicativo, pouco suscetível de nuances, e não se prestam quase nada a interpretações variadas. Eles podem, a rigor, como os possessivos, ser assimilados a adjetivos do tipo discriminativo, posto que servem para estabelecer uma categoria, uma classificação, e para isso ocupam muito naturalmente a segunda posição” (p. 17).

Depois de comentar de forma breve e pouco interessante sobre pronomes diversos, Marouzeau trata dos numerais, que também pouco interessante se nos apresentam. Informa, portanto, que “apenas o ordinal pode ser validamente igualado a um adjetivo e, para falar a verdade, do tipo discriminativo, visto que ele serve para distinguir um objeto conforme a categoria que se o designa para a numeração” (p. 23). Marouzeau comenta que “o ordinal é colocado em relevo por inversão, quando a indicação numérica mostra o objeto de uma insistência ou de uma avaliação rigorosa” (p. 24).

Segundo o autor, “o caso do cardinal é mais delicado para se definir do que o do ordinal, em virtude da identificação da relação que liga o numeral ao substantivo: relação de aposição antes que de qualificação” (p. 24). Porém, “para expressar a relação do algarismo com o nome, de uma forma simplista, poder-se-ia dizer que a ordem do tipo *uiginti equites* corresponde ao conceito de ‘*vinte cavaleiros*’ ou ‘os vinte cavaleiros (que sabemos)’, enquanto a ordem *equites uiginti* comporta a nuance: ‘os cavaleiros em número de vinte’” (p. 26).

Marouzeau observa que “o número ‘um’ merece uma menção à parte. É relativamente raro que ele seja empregado com o seu valor matemático, portanto em posposição: Nepos 18, 9: *ibi ... diem unum opperitur*” (p. 26-7).

Finalizando essa Primeira Parte, sobre o GN, Marouzeau comenta de forma breve sobre Complemento Determinativo, cuja forma “pode ser expressa pela da utilização de um substantivo no genitivo: *uita hominum* (Sal., *Cat.* 2, 1) é equivalente, em certos casos, a *uita humana* (Cíc., *Somn. Scip.* 5)” (p. 28). O autor assevera que “o substantivo determinante, assim como o adjetivo, ocupa a primeira posição, se ele desempenha um papel importante; assim, na seguinte frase: Cíc. *In Verr.* IV, 7: *At non requirebat*

ille Cupido lenonis domum ac meretriciam disciplinam,... non quaerebat meretricis heredem” (p. 28-9).

Ressalta que, “como o relevo é acusado eventualmente por uma disjunção: Nepos 13, 2: *Recens filii – ueterem patris — renouauit — memoriam*, às vezes, é necessário procurar longe no contexto a explicação da ênfase” (p. 29).

Adiante, o autor afirma que, “sendo dada a diversidade extrema de noções tomadas em relação como relações estabelecidas entre eles, às vezes, há na escolha da ordem certa margem de indiferença” (p. 30). “Assim, o determinado precede, se ele é uma palavra específica, enunciado com conhecimento de causa, vindo de um sentido bem definido” (p. 31). “(...) Fica na segunda posição, se o conceito que expressa é de ordem geral, representa um dado atual, que não requer nenhum comentário” (p. 31).

Marouzeau finaliza, asseverando ser possível que as duas ordenanças corram, uma vez que “as duas interpretações, sugeridas por cada uma das possíveis ordens, são igualmente defensáveis” (p. 31).

Na “SEGUNDA PARTE: O VERBO” (p. 33-56), numa longa explanação, Marouzeau deixa claro que, embora seja o verbo o elemento essencial da frase, “o enunciado verbal inclui normalmente a expressão duma relação com termos específicos que se chamam assunto, atributo, regime” (p. 33). Isso porque “é com o atributo que esta relação parece mais próxima, e as alternâncias da ordem são significativas no grupo sintático verbo–atributo” (p. 33).

Passa, então, a discorrer sobre a sentença, que é, às vezes, chamada de sintagma nominal atributivo, porque o verbo não é um elemento essencial. Logo, em “I. Verbo atributivo”, comenta que o pertencente de um atributo do tipo *magna* para um tema do tipo *domus*, no indo-europeu, constitua na simples justaposição de termos, como em *domus magna* (= a casa é grande), mas que em latim “generalizou-se o uso de uma forma verbal emprestada do verbo de existência: *esse*, que, em função de cópula, aparece doravante como um sinal de atribuição: *magna domus est*” (p. 97).

Em “a) O verbo ‘ser’ na frase atributiva”, observa que “podem-se conceber quatro principais modos de apresentar essa relação: 1) Trata-se apenas de enunciar a atribuição de constatar, sem outra análise, que tal coisa é o que se diz que é: ‘Essa rosa é bela.’; 2) Duas atribuições podem ser confrontadas, por exemplo, uma para ser constatada, o outra para ser negada: ‘Esta rosa é bela, mas não é perfumada.’; 3) Uma atribuição pode

ser não apenas constatada, mas afirmada: ‘Bela, ela o é, esta rosa!’; e 4) A atribuição pode ser indicado não por si própria, mas em função de uma circunstância ou de um determinado tópico: ‘É, sobretudo, no seu declínio que a rosa é bela.’” (p. 34).

O autor afirma que “a atribuição enunciativa, discriminativa, afirmativa, seja essencialmente, seja de forma subordinada: a ordem das palavras em latim é uma função destes quatro modos de declaração: ordem “*pulchra est*” para os dois primeiros casos; ordem *est pulchra* para os outros dois” (p. 35).

Em “(b) O verbo ‘ser’ nas perífrases verbais”, o autor afirma que “o grupo constituído por adjetivo verbal em *-tus* junto ao verbo cópula serviu para formar o perfeito médio-passivo, incluído no paradigma de conjugação. O tratamento deste grupo é exactamente comparável àquele que foi observado para o grupo de atributo” (p. 37) e, em seguida, comenta sobre a colocação do participio.

Em “(c) Verbos atributivo diversos”, descreve alguns casos de colocação de atributivos, como o faz também em “(d) Caso do atributo diferente”.

Em seguida, em “II. Verbo regente”, o autor afirma que “o verbo regente aparece na proposição, unido ao complexo sintático que constitui o conjunto de sujeitos e complementos, mas não especificamente a cada um deles. Exceto um caso particular: aquele em que o sujeito é constituído por um pronome pessoal” (p. 41).

No subitem “(a) caso de pronome pessoal sujeito”, discorre sobre a ordem do complexo sujeito-verbo, que “constitui, nesse caso, um grupo sintático rigorosamente definido, no interior do qual são significativas as variações de ordem” (p. 41).

Dando continuidade, em “(b) O verbo e a proposição”, discorre sobre a colocação do verbo na estrutura latina. Afirma que “a posição final é a mais frequente e pode ser considerada como a posição de base” (p. 44). Também assevera que “a posição inicial é excepcional e não significativa” (p. 45), já que “ela pode ser determinada pela necessidade de se destacar uma das funções gramaticais do verbo” (p. 45). Segundo o autor (p. 46), “o verbo pode exigir a posição inicial em virtude de seu sentido próprio”, pois “são frequentemente antepostos os verbos que exprimem uma vontade, uma certeza, uma afirmação forte” (p. 46).

Finalizando essa Segunda Parte, Marouzeau observa que se poderia apresentar outras explicações sobre a tendência do latim em afastar o verbo para a posição final, mas o que importa, realmente, é constatar o fato. Ressalta que a frequência da posição interior do verbo aumentou com o tempo, principalmente, nos textos da linguagem familiar do que nas obras literárias.

Dando continuidade ao tema sobre a colocação das palavras em latim, Marouzeau inicia a “TERCEIRA PARTE: PALAVRAS ADVERBIAIS E CONECTIVOS” (p. 57-85), lembrando em “I. Advérbios”, que “o advérbio pode desempenhar várias funções na frase” (p. 57) e que, “primeiramente, é necessário colocar à parte o caso em que o advérbio goza de uma quase autonomia, constituindo uma espécie de prefácio à declaração, e como tal é colocado na cabeça da frase” (p. 57), e que, “em segundo lugar, o advérbio pode ser concebido como determinante global de uma declaração, sem se ligar a tal termo particular; a sua posição parece, então, indiferente” (p. 57). Depois de uma longa descrição sobre a colocação do advérbio, mas sem qualquer novidade sobre o assunto, passa a tratar, em “II. Preposições”, do “termo que denominamos preposição, que é, num estado antigo do latim uma palavra adverbial, ligada ao enunciado para precisar uma relação de tempo, de lugar, de causa, mais ou menos como o é um advérbio” (p. 61). Também nesse item não há nada que mereça ser ressaltado. E o mesmo se pode observar no item posterior: “III. Conjunções”, já que nenhuma novidade foi apresentada por Marouzeau sobre a colocação das conjunções.

De fato, o autor praticamente se limitou a repetir o que já se sabia até então sobre o tema nos subitens “a) Copulativas e disjuntivas”, “b) Adversativas”, “c) Explicativas”, “d) Asseverativas”, “e) Conclusivas”, e “f) Conjunções de subordinação e relativos”.

Contudo, o autor finaliza essa Terceira Parte com uma longa “Conclusão relativa às palavras conjuntivas”, merecedora de uma ressalva (p. 85): “Vemos que a lei que rege, em indo-europeu, a construção das palavras acessórias é, em latim, de uma aplicação indecisa. Num primeiro período, a posposição não é obrigatória senão para os enclíticos (*-que, -ue*) e para as conjunções antigas de sentido frouxo (*autem, quidem*); ela se generaliza pouco a pouco para diversas partículas à medida que perdem seu valor intensivo original: cedo para *enim* e *igitur*, mais tardiamente para *et, at, sed, nam*, mas menos facilmente ainda para as partículas reforçadas *atque, namque, etenim, equidem, itaque*, e para certos advérbios paulatinamente reduzidos à categoria de partículas: *ergo, certe, tamen, sane*,

profecto. Quanto à noção de segunda posição, tende a se substituir a de posição interior, não obstante a extensão e a natureza do elemento anteposto à partícula; parece que a consideração essencial a se ter é a exclusão da posição inicial”.

Na “QUARTA PARTE: ESTRUTURA DA DECLARAÇÃO” (p. 87-109), que é última, Marouzeau discorre longamente sobre a frase em si. Trata-se, pois, de uma confirmação sobre o que foi dito nos capítulos anteriores, acrescidos de importantes comentários críticos.

Assim, o autor afirma, em “I. A frase”, no subitem “a) Posição inicial”, que “um dos princípios mais comumente invocados para explicar a construção da frase latina é aquele que atribui um valor excepcional quer seja na posição inicial, quer seja na posição final” (p. 87). Passa, então, a descrição de termos que normalmente ocupam essa primeira posição na frase latina.

Em seguida, no subitem “b) Posição final”, apresenta a descrição de termos que ocupam essa posição na frase latina. Enfatiza que “a posição final é suscetível de se prestar aos efeitos de suspensão e de surpresa” (p. 89). E que “mais do que fatos da língua, esses são artifícios de estilo, cuja interpretação arrisca-se em ser desprovido de objetividade (p. 90).

Em “c) Secunda posição”, O autor afirma que “a segunda posição goza, em latim, de um tipo de privilégio, que representa uma herança indoeuropeia: ela é ocupada preferencialmente por certos termos acessórios da declaração” (p. 90).

No item “II. Atrações”, observa que, “no interior da frase, a construção pode ser influenciada pela tendência a aproximar termos que estão entre eles numa certa relação de sentido, de forma ou de construção. A palavra atrai seu semelhante ou afim: Pl., *Aul.* 107: *nam noster nostrae qui est magister curiae...*” (p. 91-2).

Em seguida, em “III. Paralelismos”, observa que “o gosto pela simetria, muito marcada nas obras dos latinos, conduz a dispor lado a lado construções similares, de modo a constituir um paralelismo que satisfaz tanto o espírito quanto ao ouvido” (p. 92) e, em “IV. Agrupamentos”, que “a tendência a aproximar termos afins entre eles conduz, às vezes, a constituir grupos, que podem ser considerados como unidades secundárias do enunciado” (p. 93).

Em “V. Dissociações”, o autor ressalta o fato de o latim manifestar uma tendência a juntar palavras unidas pelo sentido, e a disposição a

separar aquelas que são unidas por um vínculo estrutural, que se trata de “uma sobrevivência dum estado antigo” (p. 94). Depois, em “VI. Disposição dos membros”, apenas a observação: “Uma tendência da língua é de dispor os membros, como os grupos estudados mais acima (item 232-234), conforme uma ordem de alcance de sentido crescente” (p. 96), merece destaque. Também em “VII. Disposição das proposições” destaca-se apenas a afirmação: “Quando a declaração se decompõe em proposições, coordenadas ou subordinadas, a ordem na qual elas se apresentam é comandada pelo fluxo do pensamento, seja ele natural e instintivo, seja regulado por preocupações de estilo que conduzam em particular à elaboração do período, trunfo dos oradores latinos; assim como nas perorações ciceronianas e em certos exórdios” (p. 98).

Para finalizar essa Quarta Parte, Marouzeau comenta em “VIII. A frase e o verso” sobre a frase e o verso, num cotejo interessante. Assim, observa que, “quando o enunciado toma a forma versificada, um elemento novo intervém na determinação da ordem das palavras do fato de que a construção da frase pode ser considerada em função da estrutura métrica” (p. 103) e que “pode haver ou coincidência ou conflito entre as divisões orgânicas da declaração e as divisões métricas; a frase pode ou se modelar na estrofe, no verso, no hemistíquio, ou romper a contextura” (p. 103).

Como o autor assegura que “a estrutura métrica das palavras as predispõe a ocupar no verso posições preferenciais” (p. 105), passa a fazer observações sobre dois tipos de versificação: a iambo-trocaico e a datílica.

Assevera que “o interesse de todas essas propensões ou exclusões é, de um lado, para nos fazer parecer a poesia latina enclinada a formas estereotipadas e a clichês, de outro, para mostrar a que ponto a ordem das palavras pode ser uma função da estrutura métrica da declaração” (p. 109), e finaliza com o seguinte comentário: “Valeria à pena concluir que a forma métrica fica, sem mais, à mercê da ordem adotada; ela não é senão um adjuvante (ou um incômodo), e geralmente não é suficiente por si só para justificar uma ordem; a posição das palavras, sendo determinada essencialmente em função do sentido, as razões métricas só atuam se todas as outras exigências são satisfeitas” (p. 109).

Após esses quatro capítulos, Marouzeau apresenta, de forma breve, as suas considerações finais em “CONCLUSÃO GERAL”. Merece destaque a seguinte consideração: “Por um lado, a língua não dispõe para os elementos de um grupo suposto binário senão de duas ordens possíveis, embora as necessidades de expressão sejam múltiplas: valor qualitativo,

discriminativo, ênfase da ordem afetiva, intelectual, sem falar da ausência de qualquer expressividade. Resulta disso que uma ordem dada pode e deve, segundo o caso, assumir diversos valores: numa declaração como *magna domus*, o adjetivo tem apenas o seu valor normal de qualificativo usual; em *magna domus, non pulchra*, tem um valor de oposição, que justificaria uma ênfase e que deve, porém, acomodar-se à ordem banal: em *ager montanus*, o substantivo ocupa sua posição normal, porque o adjetivo, discriminativo, exige a segunda posição; mas o substantivo ainda deverá ocupar a mesma posição, se tiver que receber ênfase; assim como em: *ager montanus, uilla marítima*” (p. 11-12).

Finaliza a obra com um longo “EXERCÍCIOS DE APLICAÇÃO”, seguidos de preciosos comentários, que servem como respostas àquelas propostas de trabalho, seguidos de uma exaustiva Bibliografia, distribuída pelos assuntos abordados.

Assim, espero ter oferecido, com esta extensa resenha, uma considerável apresentação dessa importante obra de Jules Marouzeau, que pouco circulou entre nós estudiosos brasileiros, e que merece ser louvada e reproduzida, como fiz durante a minha pesquisa de meu segundo Doutorado (Cf. BOTELHO, 2017), de modo que possa despertar a estudiosos dessa área de pesquisa e de áreas afins o interesse pela sua leitura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MAROUZEAU, Jules. *A ordem das palavras em latim*. Trad. de José Mario Botelho. Rio de Janeiro: Autografia, 2017. 185p. Encontrado em: <https://www.amazon.com.br/Ordem-das-Palavras-Latim/dp/855180023X>.

MAROUZEAU, Jules. *L'ordre des mots en lati*. Volume complémentaire avec Exercices d'application et Bibliographie. Paris: Société d'édition Les Belles Lettres, 1953. 160p. Disponível em: <https://ia801604.us.archive.org/27/items/lordre-des-mots-dan00marouoft/lordre-des-mots-dan00marouoft.pdf>.